

O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS APLICADO À ANÁLISE DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES E SUAS ESPECIFICIDADES ALIMENTARES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE¹

Daniela Lauermann²

 <https://orcid.org/0000-0002-1528-8700>

Adinor José Capellesso³

 <https://orcid.org/0000-0002-9833-672X>

Marcio Gazolla⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-4807-6683>

RESUMO

Este artigo visa articular o referencial teórico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) com as especificidades das agroindústrias familiares e os seus diferenciais de qualidade dos alimentos elaborados e comercializados nos mercados alimentares. A pesquisa foi realizada na região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). Os dados quantitativos provêm de uma pesquisa realizada pela EPAGRI, em 2017, e atualizada em 2021 pelo presente estudo. Além disso, utiliza-se dados secundários do Censo Agropecuário de 2017, retirados do Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA/IBGE). Os resultados da pesquisa revelam que as agroindústrias familiares estão presentes na maioria dos municípios do território da AMEOSC, oferecendo um conjunto diversificado de alimentos agroindustrializados artesanalmente, possuindo qualidades específicas vinculadas ao saber-fazer, à cultura e à história do território. Por fim, aponta-se que as agroindústrias são potenciais componentes de uma CBST.

Palavras-chave: Agroindústrias Familiares. Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Mercados Alimentares. Estratégias de Qualificação Alimentar. Desenvolvimento Territorial.

THE APPROACH OF THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES (CBST) APPLIED TO THE ANALYSIS OF FAMILY AGROINDUSTRY AND THEIR FOOD SPECIFICITIES IN WESTERN SANTA CATARINA

ABSTRACT

This article aims to articulate the theoretical framework of the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) with the specificities of family agroindustries and their differentials in the quality of foods prepared and sold in food markets. The research was carried out in the region of the Association of Municipalities in the Far West of Santa Catarina (AMEOSC). The quantitative data come from a survey carried out by EPAGRI in 2017 and updated in 2021 by the present study. In addition, secondary data from the 2017 Agricultural Census is used, taken from the Automatic Data

¹Este artigo é parte dos resultados de atividades de pesquisas previstas nos seguintes projetos: “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável”, Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00); “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais”, financiado pelo Edital de Chamada Pública FAPESC n. 12/2020 (Termo de Outorga N° 2021TR000531); e “Mercados alimentares digitais no Brasil: inovações, dinâmicas e limites das experiências de comercialização online de alimentos da agricultura familiar no contexto da pandemia da Covid-19”, pelo Edital CNPq, Chamada 04/2021 (Processo 303942/2021-5).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, campus Pato Branco. E-mail: daniela.lauermann@ifsc.edu.br.

³ Doutor em Agroecossistemas. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. E-mail: adinor.capellesso@ifsc.edu.br

⁴ Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br.

Recovery System (SIDRA/IBGE). The research results reveal that family agro-industries are present in most municipalities in the AMEOSC territory, offering a diverse set of artisanal agro-industrialized foods, having specific qualities linked to know-how, culture and history of the territory. Finally, it is pointed out that agribusinesses are potential components of a CBST.

Keywords: Family Agroindustries. Basket of Territorial Goods And Services. Food Markets. Food Qualification Strategies. Territorial Development.

EL ENFOQUE DE LA CANASTA DE BIENES Y SERVICIOS TERRITORIALES APLICADO AL ANÁLISIS DE LA AGROINDUSTRIA FAMILIAR Y SUS ESPECIFICIDADES ALIMENTARIAS EN EL EXTREMO OESTE CATARINENSE

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo articular el marco teórico de la Canasta de Bienes y Servicios Territoriales (CBST) con las especificidades de los agroindustrias familiares y sus diferenciales en la calidad de los alimentos preparados y vendidos en los mercados de alimentos. La investigación se realizó en la región de la Asociación de Municipios del Lejano Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). Los datos cuantitativos provienen de una encuesta realizada por EPAGRI en 2017 y actualizada en 2021 por el presente estudio. Además, se utilizan datos secundarios del Censo Agropecuario de 2017, tomados del Sistema de Recuperación Automática de Datos (SIDRA/IBGE). Los resultados de la investigación revelan que las agroindustrias familiares están presentes en la mayoría de los municipios del territorio de la AMEOSC, ofreciendo un conjunto diverso de alimentos agroindustrializados artesanales, con cualidades específicas vinculadas al saber hacer, la cultura y la historia del territorio. Finalmente, se señala que los agronegocios son componentes potenciales de un CBST.

Palabras clave: Agroindustrias Familiares. Canasta De Bienes y Servicios Territoriales. Mercados de Alimentos. Estrategias de Calificación de Alimentos. Desarrollo Territorial.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial se fundamenta na ativação de recursos específicos, únicos do território, em articulação ou não com os genéricos, que são encontrados de forma igual ou similar em diferentes territórios. A valorização do território é oportunizada pela interação entre os diferentes atores sociais públicos e privados e a combinação da diversidade de conhecimentos, saberes, tradições e costumes construídos e acumulados ao longo da história, em um determinado espaço geográfico (Benko; Pecqueur, 2001). Entre as inovações mais recentes no referencial de desenvolvimento territorial, destacam-se os estudos que buscam contemplar as sinergias entre diferentes iniciativas, resultando na formulação da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Pecqueur, 2001).

Na CBST, os produtos agroalimentares com especificidades territoriais são considerados um elemento chave. A mobilização desses diferenciais dá base à construção de experiências que se contrapõem à lógica do sistema alimentar global, direcionado aos ganhos de escala e aos processos padronizados. A diversidade de produtos e mercados construídos pela agricultura familiar (AF) abre possibilidades para converter tais recursos em ativos específicos que sustentem o desenvolvimento territorial (Cazella et al., 2020a). Os alimentos agroindustrializados, a partir do saber-fazer, acumulado e repassado entre gerações, são um exemplo de recurso com potencialidade para se

transformar em ativos específicos (Vendruscolo; Ceretta; Froehlich, 2019; Cazella et al., 2019). Nessa direção, estudos prévios com o enfoque da CBST no extremo oeste catarinense identificaram as Agroindústrias Familiares (AGFs) como componentes potenciais de uma cesta (Capellesso et al., 2022; Tecchio et al., 2021).

Seguindo a proposta de compreender melhor o papel das AGFs e o efeito cesta que pode ser criado na interação com os demais produtos e serviços, o presente estudo objetiva articular os conceitos de CBST com as especificidades das AGFs e os diferenciais de qualidade dos alimentos elaborados e comercializados nos mercados alimentares. Essa discussão é traçada a partir da apresentação de um panorama das AGFs no território da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC). Para tanto, foram mobilizados os dados secundários do Censo Agropecuário de 2017 e de uma pesquisa conduzida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), no ano de 2017, os quais foram comparados e correlacionados com um inventário realizado pelos autores deste trabalho, junto a atores-chaves dos municípios, em 2021.

O texto está estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na parte a seguir, faz-se um breve resgate da formação histórica da região, e, na sequência, a apresentação dos procedimentos metodológicos. Na terceira parte, são apresentados os conceitos dos componentes da CBST, que podem ser mobilizados para orientar as análises nos territórios, especialmente, relacionando com as especificidades dos alimentos agroindustrializados. Na quarta parte, apresenta-se os dados das AGFs e analisa-se seus diferenciais produtivos e de qualidade alimentar.

RECORTE GEOGRÁFICO DA PESQUISA

O recorte geográfico do estudo adota o território-dado da AMEOSC, composta por 19 municípios (Figura 1). Essa região faz parte da área disputada entre o Brasil e Argentina até 1895, seguindo-se a disputa entre Paraná e Santa Catarina até 1917 (Movimento do Contestado). Enquanto eram estabelecidos os limites geográficos, o Estado desconsiderou a presença dos povos indígenas e promoveu dinâmicas para garantir a posse da região. As matas densas limitavam o estabelecimento da pecuária extensiva, mas não impediu a demarcação de algumas fazendas de gado, iniciando o regime legal de propriedade da terra e dando início a alguns caminhos pelo interior.

Contudo, a região já era ocupada por comunidades seminômades que extraíam erva-mate, com forte ligação com a cultura indígena. A origem dessas populações conhecidas como caboclas é controversa. Campos (2013) aponta a existência de migrantes advindos de estâncias do Rio Grande do Sul, fugitivos da Guerra do Contestado e trabalhadores remanescentes da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Em sua maioria masculina, esses miscigenaram com as índias locais,

dando origem a famílias numerosas. Contudo, a ausência de titulação das terras, associada à posterior concessão às colonizadoras, afetou essas populações caboclas, que foram perdendo espaço e migrando para as cidades ao longo do Século XX, registrando-se o gradativo desaparecimento das suas comunidades rurais (Renk, 1997).

Figura 1: Região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense (AMOESC) e a subdivisão pelo processo de colonização.



Fonte: Adaptado de Capellesso (2016) e Klug e Lima (2018).

As dinâmicas populacionais têm relação com a concessão das terras do extremo oeste à Brazil Railway Company como parte do pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Essa empresa já havia organizado a subsidiária Brazil Development & Colonization Company para organizar o loteamento e a colonização das terras. Porém, dados os limites de prazos para ocupação até 1945, fixados pelo estado catarinense, a empresa apressou as ações vendendo áreas para projetos colonizadores regionais, os quais diferiram significativamente entre si e contribuíram para a ampliação da diversidade cultural. Em síntese, a região foi ocupada predominantemente por descendentes de imigrantes teuto-germânicos, italianos e poloneses, oriundos de projetos mais antigos de colonização do Rio Grande do Sul (Bavaresco; Franzen; Franzen, 2013). Esses migrantes trouxeram saberes sobre a produção e processamento de alimentos, aos quais incorporaram alimentos tradicionais dos indígenas e caboclos residentes no território (Renk, 1997). É a partir desse contexto diverso e de uma mescla cultural, acompanhada pelo acesso desigual às terras do território e pela exclusão e marginalização de povos caboclos, que se estabelece a dinâmica futura de formação das AGFs no território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Seguindo o propósito de analisar a ligação do enfoque da CBST com as AGFs existentes na AMEOSC, a pesquisa adotou o recorte metodológico de cunho quantitativo e descritivo. A abordagem quantitativa permite apresentar os resultados através de um conjunto de informações numéricas (Marconi; Lakatos, 2022), enquanto o caráter descritivo visa discutir algumas características de sua distribuição ao longo do território, tipos de alimentos produzidos e sua articulação com os conceitos da CBST. Para isso, são mobilizados dados primários de pesquisa com atores chaves dos municípios (2021) e dados secundários da EPAGRI (2017) e do Censo Agropecuário de 2017.

Na pesquisa realizada pela EPAGRI, em 2017, os critérios de inclusão das agroindústrias foram: gestão ou posse de agricultores familiares (AFs) que se enquadram nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); empreendimentos com finalidade econômica via destino sistemático da produção aos mercados alimentares; empreendimentos com geração ou potencial para gerar renda aos agricultores; com estrutura ou espaço físico específico para a atividade; e, por fim, que fossem estabelecimentos legalizados ou com condições para tal (Reiter et al., 2019). Já na pesquisa de 2021, conduzida pelos próprios autores do texto, o critério utilizado foi o de agroindústrias presentes no espaço rural e geridas pela família, não restritas à AF. Mesmo com esta observação, acredita-se que a maioria das AGFs levantadas em 2021 são da AF.

A coleta dos dados primários foi realizada por contato telefônico e/ou e-mail com informantes, na sua maioria extensionistas rurais e funcionários das secretarias municipais de agricultura, entre os meses de agosto e outubro de 2021. Após apresentar aos entrevistados os dados dos empreendimentos verificados pela EPAGRI, em 2017, os atores foram questionados sobre a continuidade dessas agroindústrias e sobre outros empreendimentos que se encontravam em atividade no momento da consulta. Tal condição permitiu levantar as agroindústrias que permanecem e as que cessaram as atividades, sendo que as demais representam uma estimativa das AGFs criadas após 2017. O caráter estimativo das novas AGFs decorre do desconhecimento sobre a presença dessas AGFs em 2017, pois podem não ter sido levantadas por diferenças de critérios adotados nos dois levantamentos.

Outra base de dados secundários foi o Censo Agropecuário de 2017 (Tabelas 6961 e 6902), disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a), através do Sistema Automático de Recuperação de Dados (SIDRA). O IBGE considera como produtos da agroindústria rural aqueles que são beneficiados ou transformados em instalações próprias no estabelecimento agropecuário, em instalações comunitárias ou de terceiros. A matéria-prima para a agroindustrialização pode ser própria ou de terceiros, em que a destinação final do alimento agroindustrializado seja providenciada pelo produtor responsável pelo estabelecimento agropecuário (IBGE, 2019b). No Censo não há necessidade de legalização sanitária, a produção pode ser

exclusivamente para o autoconsumo, e a atividade de agroindustrialização pode ser realizada por AF ou por agricultores não familiares. Por fim, os dados coletados foram tabulados no Microsoft Excel e analisados através da estatística descritiva (frequência relativa e frequência absoluta).

O REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO DA CBST E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

A perspectiva teórico-metodológica da CBST foi concebida no contexto dos territórios rurais franceses (Pecqueur, 2001; Benko; Pecqueur, 2001). Os pesquisadores chegaram a esse enfoque a partir da mobilização do conceito de desenvolvimento territorial na análise de experiências concretas que promovem recursos e ativos específicos. Como uma teoria *ex post*, a cesta de bens e serviços territoriais é definida “como sendo uma expressão de oferta específica, compósita e territorializada” (Pecqueur, 2006, p. 146).

Essa abordagem considera o território-dado como um espaço geográfico delimitado, geralmente institucionalizado em categorias político-administrativas, enquanto o território-construído corresponde às relações construídas entre diferentes categorias de atores sociais (Pecqueur, 2005). As características da geografia física dos territórios oferecem bases que permitem essa construção ao longo do tempo. Essa combinação possibilita a formação de recursos e ativos territoriais. Os recursos (materiais e imateriais) são considerados uma reserva, um potencial latente para utilização ou revelação, que pode ser mobilizada por meio da ação articulada dos atores. Já os ativos são aqueles recursos que já foram revelados e estão sendo utilizados, podendo ocorrer otimizações e novas conexões (Pecqueur, 2001; Benko; Pecqueur, 2001). Destaca-se que a distinção entre recurso e ativo não segue categorias estanques, mas uma gradação com níveis intermediários que dificultam a classificação.

A distinção dos recursos e ativos em genéricos ou específicos é central nessa formulação. Os genéricos têm valor não associado ao processo ou local de produção, podendo ser encontrados em diferentes territórios ou ser de fácil mobilidade e transferência. Já os específicos possuem um valor associado ao local e ao processo produtivo, tendo sua reprodução limitada ao território ou com elevado custo de transferência. Esses recursos podem ser mobilizados a partir da combinação e interação da diversidade de conhecimentos, saberes e costumes construídos socialmente (Pecqueur, 2001; Benko; Pecqueur, 2001).

Avançando nessa compreensão, pesquisas realizadas em diferentes territórios da região Sul do Brasil identificaram inúmeros alimentos, produtos e serviços produzidos pela AF e por AGFs, dotados de especificidades territoriais. Gazolla (2013) explana que as agroindústrias familiares são aquelas em que: a) produção, trabalho e gerenciamento são realizados pela família; b) autocontrola a base material de recursos; c) trabalha com uma pequena ou média escala de produção com qualidade

diferenciada e dotadas de especificidades; d) utiliza matéria-prima própria; e) agrega valor por meio da transformação, da associação com o trabalho familiar e das qualidades específicas; e f) canaliza a produção para os mercados de proximidade social ou territoriais.

Vendruscolo, Ceretta e Froehlich (2019) ressaltam a vinculação da produção agroalimentar, sobretudo, do queijo colonial produzido na Quarta Colônia, Rio Grande do Sul, com o processo de colonização e a origem dos colonizadores do território. Já Cazella et al. (2019) indicam que na Serra catarinense são encontrados ativos específicos como o mel de melato, o queijo serrano e a maçã de altitude. Essas especificidades resultam de uma combinação das condições geográficas com o saber-fazer dos agricultores. Enquanto Capellesso et al. (2022) identificaram na região extremo oeste catarinense o milho crioulo como recurso em processo de ativação. Nesse caso, os atores locais foram hábeis em autointitular o município de Anchieta (SC) como a “capital nacional das sementes crioulas”. Além do milho crioulo, os autores apontam as AGFs de derivados de cana-de-açúcar, lácteos, embutidos, conservas e cerveja artesanal como potenciais componentes de uma cesta, aos quais se somam os empreendimentos turísticos.

Nessa direção, as AGFs são reconhecidas por manterem uma produção diferenciada, com o processamento de alimentos ligados à tradição familiar e regional (Wilkinson; Mior, 1999). A reputação de qualidade diferenciada que vem sendo construída representa uma valorização estratégica aos alimentos agroindustrializados. Essa pode ser transformada em uma vantagem diferenciadora a partir da combinação de processos produtivos artesanais (marcados pelo saber-fazer, simbolismo cultural e histórico) com elementos no âmbito do território (paisagem, cultura regional, aspectos ambientais) (Schneider; Ferrari, 2015).

Os diferenciais de qualidade dos alimentos produzidos pelas AGFs se formam a partir da singularidade da trajetória de construção desses empreendimentos, que se diferenciam substancialmente das agroindústrias convencionais. A construção desses diferenciais se alicerça na “forma de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais, dos próprios AFs, menos intensivos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal)” e, ainda, nas “relações de confiança e de reciprocidade” que são construídas entre os diferentes atores sociais que interagem ao longo do processo produtivo e de comercialização. A esses elementos se agregam as relações construídas entre consumidores e agricultores devido aos tipos de mercados (geralmente *face a face*) em que esses alimentos circulam (Mior, 2007, p. 10).

Para muitos consumidores, esses alimentos resgatam memórias de momentos marcantes de sua vida e de sua família. Essa valorização cultural associa-se ao gosto (sabor) construído durante a infância, conferindo notoriedade a tais produtos. No caso do extremo oeste catarinense, as cidades são formadas por pessoas que mantêm o imaginário construído antes do êxodo rural, reproduzindo-o

nos hábitos familiares e alimentares. O acesso a esses alimentos de qualidade e carregados de simbolismo, por meio das redes de parentesco e amizade junto ao público remanescente no campo, constrói mercados alimentares que contribuem para a construção e consolidação da reputação de qualidade e especificidade dos alimentos agroindustrializados. Essa consolidação prévia das AGFs é o que permite e viabiliza, em muitos casos, a formalização posterior de muitas AGFs (Dorigon; Renk, 2011).

ALIMENTOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO TERRITÓRIO DA AMEOSC: POTENCIALIDADES PARA COMPOR UMA CBST

Os dados censitários apresentados neste tópico fazem distinção entre a região da AMEOSC e a região imediata de São Miguel do Oeste⁵, que recebe esse nome devido ao município polo da região de estudo. O Censo evidenciou a presença de 10.071 estabelecimentos agropecuários (74,8% do total) que agroindustrializam alimentos na região imediata de São Miguel do Oeste, com um valor total da produção anual de R\$ 77.870.000,00. Os que declararam obter receitas com a atividade foram 1.419 estabelecimentos (10,5% do total), gerando um valor de venda de R\$ 14.858.000,00. O número elevado de estabelecimentos que agroindustrializam, mas não obtém receitas (8.652 estabelecimentos), se deve à produção para o autoconsumo. Como destacado por Dorigon e Renk (2011), a agroindustrialização é realizada predominantemente para consumo familiar e o excedente é destinado à comercialização. Além disso, há dinâmicas de doações de alimentos em famílias multilocalizadas, trocas entre os membros da comunidade, vizinhos e parentes (Cazella et al., 2020b; Nesi et al., 2019).

A expressividade da produção para autoconsumo também se relaciona com a formação histórico-cultural da região. A diversidade sociocultural dos povos e as restrições a trocas comerciais contribuem para a constituição de uma agricultura de subsistência, dado o reduzido comércio externo nas décadas iniciais da colonização. E ainda, esses alimentos se expressaram na vida sociocultural das comunidades, pois fazem parte das festas comunitárias e do modo de vida local. Além disso, o processamento nas cozinhas domésticas assume um papel importante para a preservação e transmissão dos conhecimentos na tradição familiar (receitas da família) (Etges; Karnopp, 2020). É nesse estoque de saber-fazer, de tradição e de consumo que muitas AGFs encontram habilidades para produzir alimentos diferenciados, que podem ser mobilizados para a composição de uma CBST.

Os dados do Censo apresentados na Tabela 1 evidenciam a expressividade econômica dos produtos de origem animal na produção agroindustrial (84,5% do valor total da produção

⁵ A região imediata de São Miguel do Oeste adotada pelo IBGE possui 20 municípios e difere da região da AMEOSC por deixar de fora o município de Mondaí, enquanto inclui Flor do Sertão e Romelândia. Essa é a região do IBGE que mais se aproxima do recorte da Associação em termos de abrangência. Esse recorte pela região imediata permite extrair alguns dados na plataforma do IBGE, fato que não é possível pela soma dos municípios.

agroindustrializada). A carne bovina tem maior importância (35,5% do valor total), seguida pela carne suína (18,4% do valor total) e pela carne de outros animais, entre as quais está a galinha caipira (12,5% do valor total). Já o queijo e o requeijão assumem a quarta posição (12,09% do valor total), sendo seguido pelos embutidos, como o salame colonial, com 5,2% do valor total. Por outro lado, os alimentos de origem vegetal correspondem a somente 7,9% do valor total da produção. Desses, os panificados são os mais expressivos, com 4% do valor total. Na sequência aparece o melado de cana-de-açúcar (2,9% do valor total) e os doces e geleias (1% do valor total). Por fim, um terceiro grupo, composto pelas bebidas, equivale a 5,34% do valor total. Nesse último grupo, encontram-se as menores quantidades de estabelecimentos agropecuários, com 53 produtores de aguardente de cana (2,51% do valor total), 339 produtores de vinho (2,1% do valor total) e 522 produtores de suco de frutas (0,73% do valor total).

Tabela 1: Região imediata de São Miguel do Oeste - Número de estabelecimentos agropecuários que possuem agroindústria rural, quantidade produzida, valor total e valor das vendas

Principais produtos	Região Ameosc	Região imediata de São Miguel do Oeste				
	Nº de estabelecimentos	Nº de estabelecimentos	produção (kg ou L)	Vendas (kg ou L)	% do valor total da produção	% do valor total das vendas
Carne bovina (kg)	7.725	8.625	2.773.000	166.000	35,5	10,3
Carne suína (kg)	6.545	7.345	1.927.000	40.000	18,4	2,1
Carne de outros animais (kg)	5.705	6.597	797.000	168.000	12,5	7,2
Embutidos (kg)	2.866	3.285	253.000	14.000	5,2	1,6
Queijo e requeijão (kg)	2.653	3.089	703.000	486.000	12,9	46,8
Melado (kg)	1.805	2.026	346.000	181.000	2,9	8,3
Pães, bolos e biscoitos (kg)	1.217	1.511	269.000	32.000	4	2,1
Doces e geleias (kg)	1.185	1.418	70.000	28.000	1	1,7
Aguardente de cana (L)	53	57	227.000	119.000	2,51	5,4
Vinho de uva (L)	309	339	208.000	80.000	2,1	3,6
Suco de frutas (L)	462	522	74.000	33.000	0,73	1,6
Outros	x	x	x	X	2,3	9,3
Total	9.192	10.071	x	X	77.870.000,00	14.858.000,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (SIDRA/IBGE, 2019a).

Já as receitas assumem outro comportamento. O queijo e o requeijão correspondem à maior participação (46,6% do valor total das vendas), gerando uma receita de R\$ 6.953.544,00. Além do apreço pelos consumidores, o queijo colonial produzido no território é dotado de especificidades territoriais, especialmente, em virtude do processo de fabricação, que geralmente ocorre a partir do leite cru. Na sequência, encontra-se a carne bovina, com 10,3% das receitas, seguida pelo melado

com 8,3%. Embora o melado represente apenas o sexto produto em valor total da produção (2,9%), na comercialização ele assume a terceira posição em termos de receita. Já os embutidos dividem a 12ª posição com os sucos de frutas, no valor de receitas (correspondendo a 1,6%). Esses dados refletem a predominância dos alimentos que são tradicionalmente produzidos pelos agricultores, como o queijo e derivados do leite, melado e derivados da cana e derivados de animais (ovos, embutidos, carnes) (Ferrari et al., 2013; Dorigon; Renk, 2011).

O processo de agroindustrialização para o autoconsumo foi e continua sendo a base para a constituição das AGFs (Dorigon; Renk, 2011). O simbolismo desses alimentos remete à reputação alicerçada na tradição familiar e no saber-fazer, que vai se consolidar entre os consumidores das AGFs (Wilkinson; Mior, 1999). Esses alimentos distintos podem ser considerados específicos do território (na forma de ativos ou de recursos), pois se forjam em condições únicas e combinam os aspectos materiais (matéria-prima utilizada) e imateriais (saber-fazer e tradição familiar), evidenciando seus potenciais para compor uma CBST (Pecqueur, 2001).

Segundo Dallabrida (2012), a valorização da identidade territorial pode se consolidar na identificação do que é típico do território. Essa associação entre identidade e produto representa um dos elementos com potencialidade para conferir uma vantagem diferenciadora em relação a outros territórios e promover um desenvolvimento duradouro. Para Koop, Landel e Pecqueur (2010), esta diferenciação parte do reconhecimento e ativação das especificidades territoriais, cujo processo se dá pela ação articulada de atores territoriais.

De um lado, os dados apresentados anteriormente expõem uma quantidade expressiva de estabelecimentos agropecuários que agroindustrializam alimentos, seja para comercialização e/ou para autoconsumo. De outro, nota-se que a maioria das famílias rurais não conseguiram atingir os parâmetros necessários para viabilizar um projeto de formalização das AGFs. Nem mesmo a comercialização informal da produção ou de parte dela é registrada pelos recenseadores na ampla maioria dos estabelecimentos.

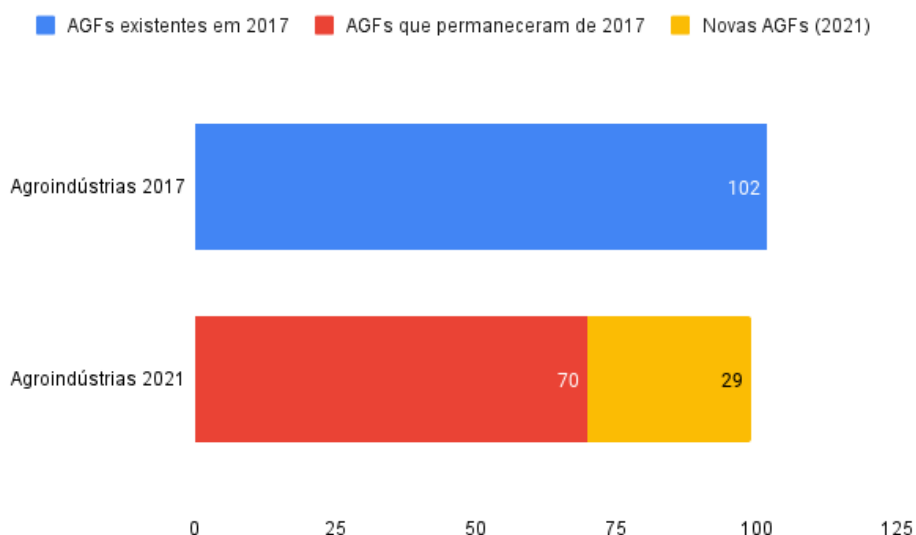
Dada a necessidade de evolução dos mercados informais aos formais para a AGFs ganharem *scale-up*, a forte restrição dos órgãos do Estado pode limitar o desenvolvimento das AGFs e dificultar o processo de ativação dos recursos específicos. Em alguns municípios da região de estudo, ocorreu forte ação da vigilância sanitária contra a comercialização informal de produtos de origem animal em espaços públicos. Em outros casos, algumas AGFs formais, dispendo de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para poder realizar transações, deixaram, temporariamente, de comercializar na feira municipal. A ausência destas agroindústrias que comercializavam alimentos de origem animal, como o queijo colonial, pescados e embutidos, resultou na diminuição do movimento de consumidores na feira, gerando impactos negativos sobre a comercialização dos demais feirantes. Essa situação sugere que a presença dos alimentos agroindustrializados, de preferência aptos a serem comercializados em

mercados formais, é fundamental para a promoção conjunta de alimentos diferenciados e indispensável para uma CBST no território estudado.

Os dados da EPAGRI (2017) e da pesquisa atual (2021), que levantaram as AGFs que destinam a produção de forma sistemática aos mercados, revelam que a quantidade de AGFs formais ou em vias de formalização é consideravelmente inferior aos números apontados pelo Censo Agropecuário. No entanto, precisa-se considerar que a maioria das agroindústrias constantes no Censo não tem como finalidade principal a comercialização e geração de renda. De acordo com Ferrari et al. (2013), os alimentos tradicionalmente agroindustrializados pelas famílias, como os derivados de leite, embutidos, geleias, derivados da cana e bebidas, suco e vinho, são produzidos primeiramente para o consumo familiar. Contudo, embora a produção não tenha como finalidade principal a comercialização, o valor total de vendas evidencia a demanda dos consumidores por estes alimentos típicos da gastronomia territorial.

Em 2021, foram identificadas 99 AGFs distribuídas ao longo da AMEOSC, onde apenas um município não possui agroindústrias. Registra-se que ocorreu redução no número de AGFs em relação a 2017, passando de 102 para 99 AGFs (Gráfico 1). Entre os anos de 2017 e 2021, 32 AGFs encerraram as atividades, sendo desativadas em todos os municípios. A desativação das AGFs pode ocorrer por diferentes razões, a exemplo de limitações gerenciais, dificuldades em atender a legislação sanitária e restrições de força de trabalho (Etges; Karnopp, 2020; Vendruscolo; Ceretta; Froehlich, 2019). Também deve-se considerar a pandemia da Covid-19, que limitou a comercialização de várias AGFs, com maior impacto nas que participavam de mercados institucionais em decorrência do fechamento das escolas ou mesmo em feiras (decretos municipais de *lockdown*). Sem a construção imediata de mercados digitais, para viabilizar a comercialização, essas tiveram que reduzir a produção, comercialização e, em alguns casos, até encerrar as atividades (Gazolla; Aquino, 2021).

Gráfico 1: AMEOSC - Números de agroindústrias existentes em 2017 e 2021.



Fonte: Pesquisa de campo (2021) e EPAGRI (2017).

Entre as estratégias para comercialização, registrou-se, de forma embrionária, ações coletivas e articuladas entre AGFs para ofertas conjuntas de cestas de alimentos agroindustrializados, sendo mais comum as vendas coletivas através de cooperativas e associações (Ferrari et al., 2013). Essas ações são dificultadas ou impossibilitadas no caso de AGFs informais, que se restringem aos mercados de proximidade social (*face a face*) (Wilkinson, 2008). De um lado, a informalidade pode ser uma barreira para a construção e acesso a mercados territoriais e institucionais, e para a construção da CBST, quando esta encontra maior expressividade nos mercados territoriais (Mollard; Pecqueur, 2007; Schneider; Gazolla, 2015).

Por outro lado, os estudos empíricos brasileiros apontam que a comercialização da CBST ocorre majoritariamente em circuitos curtos de comercialização, nos municípios ou território, semelhante ao que ocorre com as AGFs (formais e informais) que escoam a maioria da produção por esses circuitos (Schneider; Gazolla, 2015; Cazella et al., 2019). Nesses casos, tanto os mercados formais quanto os informais podem ser considerados elementos importantes e constitutivos da CBST, já que são um ativo do território construído socialmente pelos atores ligados à agroindustrialização e dinamizam economicamente as regiões onde as AGFs estão inseridas⁶.

As AGFs identificadas na AMEOSC mantêm uma diversidade produtiva ligada à história do território. A categorização das AGFs, segundo seu principal alimento, permite tecer algumas reflexões (Tabela 2). Na AMEOSC predominam as AGFs que processam alimentos de origem vegetal (40 AGFs), seguidas pelas de origem animal (29 AGFs) e os panificados (19 agroindústrias). A categoria de bebidas conta com 7 AGFs, e as diversificadas, que agroindustrializam mais de uma categoria de produtos, 3 AGFs.

Entre as razões para o predomínio das AGFs que utilizam matéria-prima de origem vegetal, pode-se apontar a dificuldade encontrada pelas de origem animal para atender as normas sanitárias para a sua formalização. Segundo Gazolla (2020), em muitos municípios registra-se, inclusive, a ausência de Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Mesmo quando presente o SIM, outro fator restritivo é o elevado custo para adequação da infraestrutura necessária (aquisição de equipamentos, construção adequada e refrigeração) e a posterior manutenção da agroindústria, que conta com elevados custos de produção, logística e transação (Amorim; Staduto, 2008).

Registra-se a marcante presença dos derivados de cana-de-açúcar, lácteos, carnes e derivados, tal como já destacado nos dados censitários. Esses três tipos de produtos representam 30% (30 agroindústrias) do total da AGFs. Contudo, ao analisar os tipos de produtos isoladamente, as agroindústrias de panificados dedicadas à produção de pães, bolachas e cucas são as mais

⁶ Sobre os mercados informais, ver nesta edição o artigo de Dorigon, para quem os mercados informais cumprem um importante papel de inclusão social de produtores e de consumidores de produtos agroindustrializados.

representativas, com 18 agroindústrias (18,2% do total). Já o processamento mínimo vegetal (principalmente da mandioca) corresponde a 13,1% (13 AGFs), sendo o terceiro segmento mais representativo.

Tabela 2: Região AMEOSC - Percentual de agroindústrias por tipo de alimento agroindustrializado no ano de 2021

Categoria	Produtos/alimentos	Ocorrências	Frequência relativa na categoria (%)	Freq. relativa em rel. total de AGFs (%)
Produção animal	Lácteos	9	31,03	9,09
	Carnes e processados de carne	7	24,14	7,07
	Mel	5	17,24	5,05
	Peixes	4	13,79	4,04
	Ovos	4	13,79	4,04
	Total		29	100
Produção vegetal	Derivados de cana	14	35,00	14,04
	Minimamente processado	13	32,50	13,13
	Doces e geleias	5	12,50	5,05
	Conservas	4	10,00	4,04
	Farinha	2	5,00	2,02
	Beneficiados	2	5,00	2,02
	Total		40	100
Panificados	Pães, bolachas e cucas	18	94,74	18,18
	Massas	1	5,26	1,01
	Total	19	100	19,19
Bebidas	Suco	2	28,57	2,02
	Vinho	2	28,57	2,02
	Cerveja	1	14,29	1,01
	Cachaça	1	14,29	1,01
	Suco e vinho	1	14,29	1,01
	Total	7	100	7,07
Diversos	Vinho e geleias	1	33,33	1,01
	Vinho e derivados de cana	1	33,33	1,01
	Produção vegetal e animal	1	33,33	1,01
	Total	3	99,99	3,01
Total de AGFs		98	100	-

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Normalmente, as AGFs não agroindustrializam apenas um tipo de alimento. No caso dos derivados de cana-de-açúcar ocorre a fabricação de açúcar mascavo, melado e rapadura. A partir dessa constatação, é possível afirmar que existe uma diversidade de alimentos agroindustrializados dentro de cada categoria (diferentes tipos de receitas, de conhecimentos, culturas alimentares, variados tipos de geleias, uma riqueza de tipos diferentes de bolachas, cucas, pães). Este é um elemento importante no processo de inventariação dos ativos e recursos específicos do território, pois revela a especificidade de produtos que são únicos do território e coexistem, no mesmo local de produção, com aqueles que podem ser considerados genéricos (Mollard; Pecqueur, 2007; Cazella et al., 2020a). Além da singularidade nos processos produtivos e comerciais, a qualidade dos alimentos das AGFs é reconhecida por meio da sua associação com a origem local, a tipicidade, os recursos territoriais, a “marca da agricultura familiar”, a ideia de produtos coloniais e os conhecimentos e saberes específicos empregados na produção artesanal (Mior, 2007; Gazolla, 2013).

Outro componente do enfoque da CBST que pode ser mobilizado para explicar as dinâmicas e esforços coletivos pela definição da qualidade nos mercados alimentares está ligado à percepção dos consumidores em relação aos alimentos e produtos das AGFs. Muitos adquirem esses alimentos por perceberem processos de qualificação alimentar diferentes dos produtos da grande agroindústria. É comum encontrar AGFs produzindo e comercializando nos mercados alimentos com qualificações alimentares sociais (selo e propaganda voltada à agricultura familiar), orgânicos/agroecológicos, artesanais, com processos de produção criativos (inovando em receitas e produtos), produtos que resgatam receitas do passado (retro inovação), alimentos com mistura de ingredientes e novos sabores, dentre outras estratégias de qualificação que os atores ligados à agroindustrialização constroem e promovem. Isso pode ser considerado um trunfo para o desenvolvimento territorial, qual seja: recursos (alimentos) e mercados específicos de qualidade diferenciada, que geram especificidades aos territórios graças a distintas ações com maior ou menor grau de articulação (Schneider; Gazolla, 2015; Cazella et al., 2020a).

Nesse sentido, são inúmeras as singularidades que permeiam a organização produtiva das AGFs, como o processo histórico de formação e ocupação territorial, a história de vida e tradições familiares dos agricultores que carregam o saber-fazer dos alimentos agroindustrializados e os transformam em ativos específicos. Além de gerar renda para as famílias, as AGFs representam uma fonte potencial para a inclusão desse segmento em ações que visam a promoção do desenvolvimento territorial a partir de seus recursos e ativos específicos, seguindo o enfoque dado pela CBST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito articular os conceitos de CBST com as especificidades das agroindústrias familiares e os seus diferenciais de qualidade produtiva dos alimentos elaborados e

comercializados nos mercados alimentares. A mobilização desse referencial teórico-metodológico permite tecer algumas explicações sobre o panorama das agroindústrias familiares presentes no território da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, com destaque para a importância dos diferenciais qualitativos e as relações históricas dos atores no território.

Os resultados obtidos permitem apontar que as AGFs estão presentes em todos os municípios o território da AMEOSC, com maior incidência nos municípios de São Miguel do Oeste, Itapiranga, Guaraciaba, Dionísio Cerqueira e Anchieta, favorecendo a articulação de ações coletivas que visem promover o desenvolvimento territorial. Essa espacialidade permite pensar ações e articulações conjuntas no âmbito da associação de municípios, as quais podem se somar a outros produtos e serviços que estão presentes no território, na direção de adotar o enfoque da CBST enquanto eixo orientador de novas ações territoriais. A pesquisa também demonstrou que as agroindústrias fornecem um conjunto diversificado de alimentos agroindustrializados, contemplando tanto a produção vegetal e animal, quanto o setor de bebidas. Além dessa produção estar associada com a história, cultura e tradição do território, podem ser revelados outros recursos e ativos específicos relacionados aos conhecimentos e receitas familiares de várias gerações reproduzidas na elaboração de alimentos e seus derivados.

Além disso, a pesquisa sugere que as AGFs conseguem qualificar seus alimentos de formas diversas e específicas, o que é um trunfo nos processos de desenvolvimento territorial e um recurso específico do enfoque da CBST (alimentos com qualidades específicas). É comum encontrar, na gama de alimentos produzidos e colocados nos mercados locais e territoriais, aqueles com apelos sociais, ambientais/ecológicos, artesanais, com processos de inovação ou retro inovação embutidos em suas características (novas receitas, processos produtivos ou alimentos), dentre outras estratégias de qualificação alimentar acionadas pelos atores do território envolvidos em processos de agroindustrialização.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras busquem compreender *in loco* os diferenciais de qualidade; os mercados físicos e digitais construídos e acessados por essas AGFs; a participação das cooperativas que dão suporte às estratégias para o desenvolvimento territorial; a relação dos alimentos agroindustrializados com o cenário territorial; os processos de governança dos atores que atuam nas AGFs do território e as políticas públicas. Outro aspecto a ser analisado consiste em ampliar a compreensão sobre as razões que culminaram na desativação de algumas AGFs.

REFERÊNCIAS

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

- BAVARESCO, P. R.; FRANZEN, D. O.; FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. *Revista Trilhas da História*, Três Lagoas, v.3, n. 5, p.86-104, jul-dez, 2013. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/download/445/245>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BENKO, G; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.
- CAMPOS, I. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinense 1920/1980. *Paper do NAEA*, nº 319, Belém, dezembro de 2013. 24 p. Disponível em: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=342. Acesso em: 15 abr. 2015.
- CAPELLESSO, A. J. *Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?* 2016. Tese (Doutorado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- CAPELLESSO, A. J. et al. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma cesta de bens e serviços territoriais em Anchieta (SC). *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, v. 42. n.1, 2022.
- CAZELLA, A. A. et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes (St. Cruz do Sul Online)*, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.
- CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicações no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, 2020a.
- CAZELLA, A. A.; DORIGON, C.; NESI, C. N.; ELOY, L. Sistemas agrícolas e alimentares de famílias rurais: análise da multilocalização familiar na região Oeste de Santa Catarina. *Estudos Sociedade e agricultura*, v. 28, n. 1, p. 21-47, 2020b. Doi: 10.36920/esa-v28n1-2
- DALLABRIDA, V. R. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, v. 2, n. 1, p. 104-133, 2012.
- DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Rev. de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, 2011.
- ETGES, V. E.; KARNOPP, E. A agroindústria familiar no contexto do sistema agrário colonial no Sul do Brasil. *Redes, Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 25, n. 1, p. 268-283, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.14255>
- FERRARI, D. L., MIOR, L. C., MARCONDES, T., MONDARDO, M. Agroindústrias familiares e construção social de mercados: situação atual e perspectivas a partir do estado de Santa Catarina, Brasil. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6, 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: 2013.
- FRANÇOIS, H.; HIRZAK, M.; SENIL, N. Territoire et patrimoine: la co-construction d'une dynamique et de ses ressources. *Revue d'Economie Regionale Urbaine*, n. 5, p. 683-700, 2006.
- GAZOLLA, M. Dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares: a proeminência das cadeias curtas agroalimentares. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 68, p. 1, 2020.
- GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. *Revista IDEAS*, v. 7, n.2, p. 62-95, 2013.
- GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29 n.2, p. 427-460, jun/ set. 2021.

- HIRCZAK, M. et al. Le modèle du panier de biens. Grille d'analyse et observations de terrain. *Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires*, n. 308, p. 55-70, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Sistema de recuperação automática de dados (SIDRA). Censo Agropecuário de 2017, Brasília, 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 17 out. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo agropecuário de 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, p. 1-109, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.
- KOOP, K.; LANDEL, P.; PECQUEUR, B. Pourquoi croire au modèle du développement territorial au Maghreb? Une approche critique. *EchoGéo*, n. 13, 2010. DOI : <https://doi.org/10.4000/echogeo.12065>
- KLUG, SANTOS; LIMA. Colonização Européia. Fascículo 3, *Atlas geográfico de Santa Catarina*. 2018. DOI: 10.5965/978858302152032018102
- MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 8.ed, São Paulo: Atlas, 2022.
- MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. *Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agriculturafamiliar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d'une recherche. *Économie rurale. Agricultures, alimentations, territoires*, n. 300, p. 110-114, 2007.
- NESI, C. N.; DORIGON, C.; BADALOTTI, R. M.; PIEREZAN, S. A transferência de alimentos de agricultores familiares para filhos que moram na cidade: um estudo de caso do Oeste de Santa Catarina. In: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 4., 2019, Chapecó. *Anais eletrônicos [...]* Chapecó: Argos, 2019. 14 p.
- PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 135-153, 2006.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale*, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001.
- DOI : <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217>
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>
- REITER, J. M. W. et al. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Epagri, 2019.
- RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó, Editora Grifos, 1997. 226p.
- REQUIER-DESJARDINS, D.; SALCIDO, G. T. Sistemas Agroalimentarios Localizados (SIAL) y circuitos cortos en América latina. In: GUIBERT, M.; SABOURIN, E. (Org.). *Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, Caraïbe et en Europe*. 2020. p.119–131
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar—o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Seeds and sprouts of rural development: Innovations and nested markets in small scale on-farm processing by family farmers in south Brazil. *Constructing a New Framework for Rural Development (Research in Rural Sociology and Development)*, v. 22, p. 127-156, 2015. DOI: doi.org/10.1108/S1057-192220150000022005

TECCHIO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem a cesta de bens e serviços territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, v.8, n. 1, p. 1-20, 2021.

VENDRUSCOLO, R.; CERETTA, C.; FROEHLICH, J. M. O queijo colonial da Quarta Colônia, Brasil: entre artesanidade, informalidade e tipicidade difusa – a persistência ameaçada. In: SUZUKI, J. C.; LAURENT, F.; ARAÚJO, V. B. (Org.). *Transições produtivas, agroecológicas e culturais no campo brasileiro*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p.142- 168. DOI 10.11606/9788575063743

WILKINSON, J. Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. In: WILKINSON, J.. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008. p. 85-104.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.7, n. 2, p. 29 – 45, 1999.